



Congresso de Interdisciplinaridade
do Noroeste Fluminense

IFFluminense Itaperuna

Patrimônio Histórico-cultural: um estudo sobre a eficácia das ferramentas jurídicas no Noroeste Fluminense

Igor Carvalhal Castro (CASTRO, I. C.) - igorcarvalhalcastro@gmail.com¹

Bernardo de Castro Gomes (GOMES, B. C.) - 240007925@aluno.unig.edu.br²

Taís de Cássia Badaró Alves (ALVES, T. C. B.) - taisbadaro50@gmail.com³

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral (CABRAL, H. L. T. B.) - hildeboechat@gmail.com⁴

¹*Discente Universidade Iguazu do curso de direito*

²*Discente Universidade Iguazu do curso de direito*

³*Docente Universidade Iguazu*

⁴*Docente Universidade Iguazu*

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Projeto de Pesquisa (Graduação)

Resumo

A noção de Patrimônio Histórico-cultural é um produto do legado identitário humano, sendo, portanto, objeto de tutelas jurisdicionais devido à sua essencialidade para com a formação da sociedade contemporânea. Há um grande acervo de textos legais pertinentes ao tema em diferentes âmbitos (Internacionais, nacionais, estaduais, municipais), destacando-se as cartas patrimoniais, artigos 215 e 216 da Constituição Federal Brasileira e as leis orgânicas referentes a cada município. Destarte, o estudo em questão busca pormenorizar as ferramentas concedidas pelo Poder Judiciário em contraposição com sua efetividade prática mediante a realidade concreta da região Noroeste Fluminense. Ademais, a compreensão desses instrumentos favorece a ampliação da participação popular nesse processo. O esboço de pesquisa desenvolve-se por meio de pesquisa bibliográfica exploratória de artigos, dissertações, teses, assim como análise documental da legislação disponível e dos instrumentos jurídicos em um estudo de caso. Analisam-se as individualidades de cada município por meio da diferenciação entre as leis orgânicas regionais, assim como as práticas locais verificadas em centros de preservação do patrimônio. Como resultados parciais, afere-se a ineficácia das ações do poder público, uma vez que instrumentos jurídicos, como a desapropriação, registro e a ação civil pública são pouco presentes na realidade da região, causando um sucateamento da proteção ao Patrimônio Histórico-cultural e, por conseguinte, um ataque à identidade da população da região do noroeste fluminense. Tal ciclo fomenta uma inércia por parte da sociedade em seu papel de protagonista positivado pela Carta Magna, haja vista a necessidade de uma atuação concomitante entre o Poder Público e a população.

Palavras-chave: Tutela Jurisdicional; Poder Público; Pertencimento..

Instituição de Fomento: Unig